

Funaro e Sayad indicarão nome para a diretoria

Washington (Arnolfo Carvalho, enviado especial) — Quando os ministros da área econômica voltarem aos Estados Unidos nos próximos dias para as reuniões conjuntas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, deverão trazer uma decisão do Palácio do Planalto em torno de dois cargos na capital americana: um é a diretoria do Brasil no FMI, ocupado desde a década de 60 por Alexandre Kafka, cujo mandato expira no final deste mês, e o outro é uma diretora-executiva no Banco Mundial, que o Brasil ainda não detém.

Apesar de haver uma corrente que defende a substituição do representante brasileiro na diretoria do FMI, inclusive porque as relações com este organismo andam estremecidas pela recusa do Governo Sarney

em fazer um acordo que permita o monitoramento de nossa economia, a recente visita presidencial aos Estados Unidos deixou a impressão de que Alexandre Kafka ainda tem fôlego para continuar no cargo, com a concordância, obviamente, dos ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad.

Estas diretorias representam vários países junto ao FMI, divididos por critérios que pouco têm a ver com localização geográfica ou situação econômica. Kafka, por exemplo, representa não só o Brasil, mas, também, Colômbia, Equador, Haiti, República Dominicana, Suriname, Guyana, Panamá e Trinidad-Tobago. Os governos destes países teriam que aprovar sua substituição por outro nome indicado pelo Brasil e

até agora, não se tem notícia de negociações neste sentido, embora haja mais de um pretendente (autolançado) para o cargo.

No caso do Banco Mundial, a situação é outra: desde a criação do organismo, após a Segunda Guerra, o Brasil nunca teve nenhuma diretoria-executiva e, apesar de ser hoje a oitava economia do ocidente, não tem representação à altura de sua importância como contribuinte e como tomador de crédito (foi o país que mais recebeu empréstimos do BIRD no ano fiscal de 1986, encerrado em junho último, quando teve aprovados créditos de 1,62 bilhão de um total de 4,77 bilhões de dólares para a América Latina e Caribe).

Como o Banco Mundial é hoje o único organismo financeiro in-

ternacional de primeira linha que continua apoiando o Brasil após o estremecimento de relações com o FMI, o Governo Sarney decidiu lutar para pôr fim ao acordo com seu grupo de países que tem mantido a diretoria-executiva nas mãos da Colômbia (Edgar Gutierrez-Castro, cujo substituto é o equatoriano Patrício Rubianes). O mandato de Gutierrez e Rubianes termina também no final de setembro.

Desde o semestre passado o ministro Sayad (que é o "governador" do Brasil no Banco Mundial, tendo Fernão Bracher, do Banco Central, como seu substituto) vem promovendo uma série de reuniões destinadas a "cavar" uma diretoria para o Brasil. Em junho ele convocou em Brasília uma reunião com os representantes do grupo do

qual faz parte do Brasil (Colômbia, República Dominicana, Haiti, Equador e Filipinas) para expressar a intenção brasileira, que já havia sido comunicada ao governo filipino.

Posteriormente, numa reunião na Costa Rica, foi reafirmando o interesse brasileiro, mas até agora ainda não há um consenso definitivo entre os membros deste grupo, embora se reconheça que, dada a dimensão da dívida externa e da própria economia brasileira, o país poderá representar melhor os interesses dos devedores no BIRD. Houve inclusive muita crítica ao desempenho do Equador na última reunião de primavera do comitê interino do Banco Mundial e FMI, pois a ocasião não foi aproveitada para marcar a tese de redução dos pagamentos de juros.